

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.414.806 - DF (2018/0329230-8)**

**RELATORA** : **MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**  
**AGRAVANTE** : FUNDAÇÃO DOS ECONOMIÁRIOS FEDERAIS FUNCEF  
**ADVOGADOS** : BRUNO RODRIGUES PENA - DF025984  
CAIO CESAR FARIAS LEONCIO - DF035337  
JOSIELLE SOARES DE AMORIM FERNANDIS RIBEIRO -  
DF040191  
IZABELLA DE OLIVEIRA DE ALMEIDA - DF058514  
**AGRAVADO** : FRANCIMAR MARTINS DA SILVA  
**ADVOGADO** : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M

**DECISÃO**

Trata-se de agravo contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado (e-STJ, fl. 403):

DIREITO PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO. EXTINÇÃO.  
ART. 924, II, CPC. ATUALIZAÇÃO DO VALOR DO DÉBITO.  
EFETIVO PAGAMENTO. NECESSIDADE.

I - A incidência de correção monetária é devida até o efetivo pagamento, uma vez que a correção nada acrescenta, mas apenas recompõe o valor nominal da moeda.

II - Deu-se provimento ao recurso.

Opostos dois embargos de declaração, esses foram desprovidos, ambos nos termos da seguinte ementa (e-STJ, fls. 421/446):

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO INEXISTÊNCIA.  
HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS. REQUISITOS. AUSÊNCIA.

I - De acordo com entendimento firmado pelo Superior Tribunal de Justiça, a majoração, na forma do art. 85, § 11, do CPC é devida quando estiverem presentes os seguintes requisitos, simultaneamente: a) decisão recorrida publicada a partir de 18.3.2016, quando entrou em vigor novo Código de Processo Civil; b) recurso não conhecido integralmente ou desprovido, monocraticamente ou pelo órgão colegiado competente; e c) condenação em honorários advocatícios desde a origem no feito em que interposto o recurso.

II - Negou-se provimento ao recurso.

Nas razões de recurso especial, a parte ora agravante aponta violação dos

arts. 1.022, II, e 85, § 11, do Código de Processo Civil de 2015.

Sustenta omissão no acórdão recorrido por ter demonstrado a possibilidade de incidência dos honorários recursais ao caso em apreço.

Aduz que os honorários foram fixados na sentença em 10% (dez por cento) sobre o valor da execução.

Busca a majoração dos honorários, sob o fundamento de que "o legislante não exigiu o requisito de "não conhecimento ou desprovimento do recurso" para a majoração de honorários, sendo necessário apenas que haja fixação de honorários pelo Juízo *a quo* e que a sentença tenha sido proferida na vigência do NCPC (e-STJ, fl. 465).

Sem contrarrazões (e-STJ, fl. 473).

O recurso não foi admitido na origem, nos termos da decisão de fls. 474-475 (e-STJ).

Sem contraminuta (e-STJ, fl. 494).

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

Destaca-se que a decisão recorrida foi publicada depois da entrada em vigor da Lei 13.105 de 2015, estando o recurso sujeito aos requisitos de admissibilidade do novo Código de Processo Civil, conforme Enunciado Administrativo 3/2016 desta Corte.

No tocante a alegação de ofensa ao art. 1.022 do CPC/2015, verifico que não merece prosperar.

Isso porque, consoante entendimento consolidado desta Corte, o recorrente não possui o direito de ter todos os argumentos alegados rebatidos, cabendo ao Tribunal analisar e debater as questões principais para o deslinde da controvérsia.

Com efeito, não configura omissão, contradição ou negativa de prestação jurisdicional o fato de o acórdão ter sido proferido em sentido contrário ao desejado pelo recorrente.

Desse modo, tendo a decisão analisado de forma fundamentada as questões trazidas, não há que se falar nos vícios apontados, nos termos dos acórdãos cujas ementas transcrevo abaixo:

**AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL - AÇÃO**

CONDENATÓRIA - PREVIDÊNCIA PRIVADA - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA DA RÉ.

1. Violação ao artigo 1022 do CPC/15 (art. 535 do CPC) não configurada. Acórdão estadual que enfrentou todos os aspectos essenciais à resolução da controvérsia de forma ampla e fundamentada, sem omissão. O julgador não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos invocados pelas partes, tampouco indicar todos os dispositivos legais por elas suscitados, quando tenha encontrado motivação satisfatória para dirimir o litígio.

Precedentes.

(...)

3. Agravo interno desprovido.

(AgInt no REsp 1.711.785/SC, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 2/10/2018, DJe 11/10/2018.)

RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO AOS ARTS. 489, § 1º, E 1.022 DO CPC/2015. ACÓRDÃO ESTADUAL DEVIDAMENTE FUNDAMENTADO QUE ANALISOU OS PONTOS ESSENCIAIS AO DESATE DA LIDE. OFENSA AO ART. 585, II, DO CPC/73. OCORRÊNCIA. INEXISTÊNCIA DE LIQUIDEZ NO SUPOSTO TÍTULO EXECUTIVO. ACÓRDÃO REFORMADO PARA RESTABELECEER SENTENÇA.

RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE PROVIDO.

1. Rejeitada a alegada ofensa aos arts. 489, § 1º, IV, e 1.022, II, do CPC/2015, uma vez que o eg. Tribunal a quo analisou os pontos essenciais ao deslinde da controvérsia, dando-lhes robusta e devida fundamentação. Com efeito, é uníssona a jurisprudência desta eg.

Corte no sentido de que o magistrado não está obrigado a responder a todos os argumentos apresentados pelos litigantes, desde que aprecie a lide em sua inteireza, com suficiente fundamentação.

(...)

3. Recurso especial parcialmente provido para restabelecer a sentença, extinguindo a execução.

(REsp 1.765.717/SP, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), QUARTA TURMA, julgado em 25/9/2018, DJe 23/10/2018.)

Quanto à apontada violação do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil

de 2015, observo que o Tribunal de origem, com base nos fatos e provas dos autos, concluiu não estarem presentes os requisitos para majoração dos honorários advocatícios, assim se pronunciando (e-STJ, fl. 451):

Na hipótese, não estão presentes os requisitos para majoração dos honorários, porquanto além de o recurso ter sido integralmente provido, não houve condenação ao pagamento de honorários advocatícios na origem.

Conforme se verifica, a prestação jurisdicional foi realizada com a devida clareza e fundamentação, não havendo qualquer vício a ser sanado.

O acolhimento das razões do recurso especial, a fim de demover as conclusões da Corte de origem, demandaria reexame de matéria fática, o que esbarra no óbice contido na Súmula 7 do STJ.

A propósito:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS N. 282 E 356 DO STF. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INADMISSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7/STJ. MAJORAÇÃO DA VERBA HONORÁRIA. ACÓRDÃO RECORRIDO PUBLICADO NA VIGÊNCIA DO CPC DE 2015. DECISÃO MANTIDA.

1. A simples indicação do dispositivo legal tido por violado, sem que o tema tenha sido enfrentado pelo acórdão recorrido, obsta o conhecimento do recurso especial, por falta de prequestionamento, a teor das Súmulas n. 282 e 356 do STF.
2. O recurso especial não comporta o exame de questões que impliquem revolvimento do contexto fático-probatório dos autos (Súmula n. 7 do STJ).
3. No caso concreto, o exame da pretensão recursal no sentido de verificar a alegada má-fé da parte contrária demandaria análise de matéria fática, inviável em recurso especial.
4. "É devida a majoração da verba honorária sucumbencial, na forma do art. 85, § 11, do CPC/2015, quando estiverem presentes os seguintes requisitos, simultaneamente: a) decisão recorrida publicada a partir de 18.3.2016, quando entrou em vigor o novo Código de Processo Civil; b) recurso não conhecido integralmente ou

desprovido, monocraticamente ou pelo órgão colegiado competente; e  
c) condenação em honorários advocatícios desde a origem no feito em que interposto o recurso" (AgInt nos EREsp n. 1.539.725/DF, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 9/8/2017, DJe 19/10/2017).

5. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1.324.811/SP, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 18/10/2018, DJe 25/10/2018.)

Em face do exposto, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI  
Relatora